



COMPROMISSO COM SEU FUTURO

GABINETE DO PREFEITO

**DECRETO Nº 7.143, de 17 de novembro de 2025.**

**EMENTA:** Institui Comissão Processante destinada à apuração de possíveis infrações administrativas no âmbito do Contrato de Fornecimento de Merenda Escolar referente ao Processo Administrativo nº 00881/2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAI,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal, que rege a Administração Pública pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

**CONSIDERANDO** o princípio da autotutela administrativa (Súmula 473/ STF), que confere à Administração o dever-poder de rever seus atos para assegurar sua conformidade com a lei e o interesse público;

**CONSIDERANDO** o princípio da indisponibilidade do interesse público, que impõe à Administração o dever de apurar e responsabilizar eventuais ilícitos praticados por agentes públicos ou particulares no âmbito contratual;

**CONSIDERANDO** a necessidade de apuração de possíveis infrações ocorridas no âmbito do Contrato de Fornecimento de Merenda Escolar, inserido no



**GABINETE DO PREFEITO**

Processo Administrativo nº 00881/2025, podendo inclusive resultar nas sanções previstas no art. 156, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, que determina a condução de processos destinados à aplicação das sanções de maior gravidade por Comissão Processante;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal e a adequada instrução;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica instituída Comissão Processante destinada a proceder à apuração de possíveis infrações administrativas ocorridas no âmbito do Contrato de Fornecimento de Merenda Escolar, vinculado ao Processo Administrativo nº 00881/2025, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**Art. 2º** - A Comissão Processante será composta por 04 (quatro) membros, que serão formalmente designados por meio de Portaria do Prefeito Municipal, devendo um deles atuar como Presidente e outro como Secretário.

**§1º** — Os membros deverão ser servidores efetivos, e preferencialmente detentores de formação compatível com a natureza da matéria.

**§2º** — É vedada a participação de servidores que apresentem impedimento ou suspeição, nos termos da lei.

**Art. 3º - Compete à Comissão Processante:**

I – instaurar e conduzir o procedimento administrativo sancionador, na forma da Lei nº 14.133/2021;

II – zelar pela observância do contraditório e da ampla defesa;

III – promover a instrução, incluindo diligências, oitivas e coleta de documentos e informações;

IV – analisar os elementos de prova e fundamentar suas conclusões;

V – elaborar relatório conclusivo e encaminhá-lo à autoridade competente.

**Art. 4º -** A Comissão terá o prazo inicial de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável mediante justificativa fundamentada.

**Art. 5º -** Durante os trabalhos, a Comissão poderá requisitar documentos, informações, processos, auditorias e apoio técnico a órgãos ou servidores da Administração Municipal.

**Art. 6º -** O procedimento deverá respeitar:

I – os princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal;

II – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

III – o princípio da indisponibilidade do interesse público;

IV – as normas gerais estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

*JS*



COMPROMISSO COM SEU FUTURO

**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 7º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições anteriores

**. PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI, em 17 de novembro de 2025.**

  
**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
**Prefeito Municipal**